



## O MEDO ANUNCIADO: A FEBRE AMARELA E O CÓLERA NA PROVÍNCIA DA PARAÍBA (1850-1860)

**Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano\***  
Universidade Federal da Paraíba – UFPB  
[seriojam2@hotmail.com](mailto:seriojam2@hotmail.com)

**Nayana R. C. Mariano\*\***  
Universidade Federal da Paraíba – UFPB  
[nayanamariano@hotmail.com](mailto:nayanamariano@hotmail.com)

**RESUMO:** O artigo tem por objetivo discutir as epidemias de febre amarela e do cólera que assolaram a província da Paraíba, entre as décadas de 1850 a 1860, bem como o saber médico, impulsionado em prol de uma “missão higienista”, que passou a organizar propostas de intervenção e conformação da sociedade. Nesse período a Paraíba, assim como outras províncias do Brasil, vivenciava o medo dos *hóspedes indesejáveis*, que eram representados pela febre amarela e o cólera. Constatamos, a partir dos relatórios dos Presidentes de Província, dos códigos de postura e de alguns periódicos, como os projetos de intervenção social revelam práticas autoritárias, que negavam a liberdade individual a partir de um discurso construído pela medicina da época que objetivava legitimação, e essa aproximação com o poder público, visava institucionalização.

**PALAVRAS-CHAVE:** Doenças – Saber médico – Higiene – Paraíba Imperial

**ABSTRACT:** The article aims to discuss the epidemic of yellow fever and cholera that ravaged the province of Paraíba, between the decades from 1850 to 1860, as well as medical knowledge, driven towards a “hygienist mission”, which was proposed to organize intervention and shaping society. During this period, the Paraíba, as well as other provinces of Brazil, experiencing the fear of *unwanted guests*, who were represented by yellow fever and cholera. We note from the reports of the Presidents of the Province, codes of posture and some journals, such as social intervention projects reveal authoritarian practices that deny individual freedom from a discourse constructed by medicine that aimed to legitimization, and this approach with the government, aimed at institutionalization.

**KEYWORDS:** Diseases – Medical Knowledge – Hygiene – Imperial Paraíba

---

\* Pós-Doutora em História e Culturas Políticas pela UFMG e Líder do Grupo de Pesquisa “Sociedade e Cultura no Nordeste Oitocentista”.

\*\* Doutoranda em História da Educação (PPGE) e membro do Grupo de Pesquisa “História da Educação no Nordeste Oitocentista (GHENO)”.

Mandei distribuir nas boticas da capital, medicamentos gratuitos pela pobreza, que à falta de meios não recorria à medicina; e tenho íntima a satisfatória convicção que com taes medidas salvei muitas vidas, e que me compensa das aflições, que sofri, e do trabalho que tive para dar, e fazer cumprir essas providências, juntamente quando também quando me achava afectado do mal que graçava.<sup>1</sup>

No ano de 1850, o presidente da província da Paraíba, Coronel José Vicente de Amorim Bezerra, enviou um relatório a Assembleia anunciando os problemas advindos com as doenças que acometiam a população local. A preocupação era com a febre amarela que já fazia vítimas em outras províncias e, naquele ano, estava “ceifando preciosas vidas”, na capital e no interior. Bezerra, também afetado pela febre, lamentava a situação precária da saúde e higiene, inclusive cita o caso de como as ruas e becos da capital estavam sujos com lixo, portanto, naquele momento, tornava-se urgente a limpeza da cidade e das residências para combater o *hóspede indesejável*. Para tanto, solicitou ajuda financeira ao governo no Rio de Janeiro, bem como o envio de médicos e medicamentos para tratar a população mais necessitada.

As notícias sobre os males que vinham de fora (a febre amarela e o cólera), começaram a circular no cotidiano da população através dos jornais, panfletos e do boca a boca. O medo dos *hóspedes indesejáveis* era anunciado constantemente, entre as décadas de 1850 a 1860. Com o temor do alastramento das doenças, as tentativas de criar “fórmulas” para uma cura mais rápida também passaram a ser recorrentes nos discursos dos jornais. A partir desse contexto, o artigo aborda a temática das doenças, do saber médico e das políticas públicas no combate às epidemias, uma discussão que já vem ganhando cada vez mais abertura na historiografia.

Portanto, partindo de uma história que priorizava os males e suas curas ou o progresso da medicina, a doença era estudada apenas como fenômeno natural.

---

<sup>1</sup> Relatório apresentado a Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo excellentissimo presidente da provincia, o coronel José Vicente de Amorim Bezerra, na abertura da sessão ordinaria em 2 de agosto de 1850. Parahyba, Typ. de José Rodrigues da Costa, 1850, p. 19. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/para%C3%ADBa>. Acesso em 02/05/2012.

Atualmente, o campo de pesquisas sobre os saberes e as práticas médicas vem se ampliando graças à multiplicidade de abordagens, fontes e temáticas enriquecidas pelo diálogo entre diversas áreas. Estudos sobre epidemias, representação social das doenças, sobre a morte, o medo, sobre higiene e educação, a circulação de saberes, os manuais de medicina, dentre outros, descortinaram implicações políticas, educacionais, religiosas, sociais, culturais, evidenciando a historicidade das enfermidades.

Essa renovação tem em grande parte a contribuição de Michael Foucault<sup>2</sup> que estudou a medicina social a partir do século XVIII, com o desenvolvimento do sistema capitalista. Suas discussões sobre a disciplinarização de espaços e corpos, por exemplo, proporcionaram um redirecionamento nas pesquisas a partir da década de 1960. Para Foucault, as instituições produzem dispositivos de legitimação de sua atuação e de naturalização das suas práticas. O poder disciplinar é um tipo de organização de espaço, de fiscalização do tempo, que usa a vigilância como instrumento de controle e implica uma produção de saber que assegura um exercício de poder, ele não objetiva a destruição do indivíduo, mas a sua construção, o seu invento.<sup>3</sup> Susan Sontag, analisa como as metáforas sobre o câncer, a tuberculose e a AIDS são produzidas nos discursos médicos, militares, na literatura e como a doença “enriquecida de sentidos é projetada sobre o mundo”.<sup>4</sup> Outros autores como Philippe Ariès,<sup>5</sup> Jean Delumeau,<sup>6</sup> Jacques Revel e Jean Pierre Peter<sup>7</sup> desnaturalizaram a morte e mostraram que, como nos chama a atenção Michel Vovelle, “as relações dos homens com a morte se alteram, como também a maneira como ela os atinge”.<sup>8</sup>

No Brasil, o campo tem ganhado força e as discussões são amplas, desde os clássicos como Lycurgo Santos Filho que publicou na década de 1940, uma história da

---

<sup>2</sup> FOUCAULT, Michel. **O nascimento da clínica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

<sup>3</sup> Id. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

<sup>4</sup> SONTAG, Susan. **Doença como metáfora/AIDS e suas metáforas**. Tradução de Rubens Figueiredo/Paulo Henriques Brito. São Paulo: Cia. das Letras, 2007, p. 54.

<sup>5</sup> ARIÈS, Philippe. **História da morte no Ocidente: da Idade Média aos nossos dias**. Tradução de Priscila Viana de Siqueira. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

<sup>6</sup> DELUMEAU, Jean. **História do medo no Ocidente: 1300-1800, uma cidade sitiada**. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

<sup>7</sup> REVEL, Jacques; PETER, Jean-Pierre. O corpo: o homem doente e sua história. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História: novos objetos**. 4. ed. Tradução de Teresinha Marinho. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

<sup>8</sup> VOVELLE, Michel. **Ideologias e mentalidades**. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 128.

medicina brasileira, abrangendo do século XVI ao XIX,<sup>9</sup> passando por Jurandir Freire Costa que trabalhou com a ordem médica atuando na norma familiar<sup>10</sup> e com Terezinha Madel Luz discutindo o processo de surgimento, consolidação e transformação de instituições médicas no Brasil, a exemplo da Academia Nacional de Medicina, da Escola Tropicalista Baiana e do Instituto Oswaldo Cruz.<sup>11</sup> Os estudos sobre teorias médicas, práticas de cura, condições sanitárias e higiênicas e uma quantidade significativa de temas nos mostram como o campo de pesquisa está em expressiva expansão.<sup>12</sup>

As abordagens mais “recentes” sobre o tema tem se dado, também, no campo da História da Educação, com autores como José Gondra que partindo das teses defendidas pelos médicos da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, mas ancorado em uma farta pesquisa bibliográfica e documental, argumentou que no interior da ordem médica gestou-se um modelo de organização escolar;<sup>13</sup> com as contribuições de Heloísa Helena Pimenta Rocha discutindo na educação escolar a higienização da infância a partir do modelo de educação sanitária formulado pelo Instituto de Hygiene de São Paulo;<sup>14</sup> com Maria Stephanou que trabalha com escolarização e didatização de saberes médicos na primeira metade do século XX,<sup>15</sup> dentre outros. Assim, as enfermidades passaram a ser problematizadas enquanto produtos socioculturais. Com abordagens diferenciadas, os autores acima citados trabalharam o fenômeno patológico como um fenômeno sociocultural, utilizando fontes que extrapolam às puramente médicas, como os relatos da época, as crônicas, a literatura, artigos jornalísticos, as iconografias,

---

<sup>9</sup> SANTOS FILHO, Lycurgo. **História geral da medicina brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1991.

<sup>10</sup> COSTA, Jurandir F. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

<sup>11</sup> LUZ, T. M. **Natural, racional, social**. Razão médica e racionalidade científica moderna. Rio de Janeiro: Campus, 1982.

<sup>12</sup> Ver também: NASCIMENTO, Dilene R. do; CARVALHO, Diana M. de. (Orgs.). **Uma história brasileira das doenças**. Brasília: Paralelo 15, 2004.

<sup>13</sup> GONDRA, José G. **Artes de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na Corte imperial**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2004.

<sup>14</sup> ROCHA, Heloísa P. Educação escolar e higienização da infância. **Cadernos Cedes**, v. 23, n. 59, Campinas, 2003.

<sup>15</sup> STEPHANOU, Maria. Saúde pela educação. Escolarização e didatização de saberes médicos na primeira metade do século XX. **I Congresso Brasileiro de História da Educação – Educação no Brasil: História e Historiografia**, Rio de Janeiro, 06/09 a 09/09/00. Disponível em: [HTTP://www.Sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1/anais/114\\_maria\\_ste.pdf](http://www.Sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1/anais/114_maria_ste.pdf). Acesso em: 12 dez. 2010.

contribuindo, assim, para compreendermos as transformações postas por uma epidemia e os sentidos conferidos às doenças.

Na historiografia paraibana, a problematização da temática é bastante recente, visto que, no geral, os trabalhos que versam sobre o assunto apresentam as patologias como um fenômeno natural. Nesta perspectiva, temos autores como Horácio de Almeida que enfatiza os males endêmicos;<sup>16</sup> no caso das enfermidades nos períodos da seca o tema é tratado por José Américo de Almeida,<sup>17</sup> e Wilson Seixas que mostra o estado de salubridade pública da província,<sup>18</sup> dentre outros autores da historiografia dita tradicional. É válido frisar que, embora passíveis de críticas, os autores que trabalharam a temática com essa perspectiva, são importantes para entendermos o período e os temas que abordaram, e, devido as suas contribuições, se tornaram clássicos, referências obrigatórias. Assim, devemos compreender que a escrita da história desses autores reflete o pensamento de uma época, carregado de influências culturais, sociais, técnicas e pessoais, de um *lugar social* de produção do conhecimento.<sup>19</sup>

A partir da década de 1990 observamos a expansão da temática na produção historiográfica da Paraíba, é o caso da tese de doutoramento de Ariosvaldo da Silva Diniz. Transformada em livro em 2011, Diniz analisou as representações sobre o cólera no imaginário social no Nordeste oitocentista e demonstrou as vinculações entre os discursos médicos e os interesses políticos que estavam em cena.<sup>20</sup> Alarcon Agra do Ó faz uma discussão sobre os modos de adoecer na Paraíba imperial;<sup>21</sup> Já Iranilson Buriti analisa as práticas e os saberes médicos;<sup>22</sup> Na tese apresentada à Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto/USP, Lenilde D. Sá discute o serviço de higiene pública da cidade da

<sup>16</sup> ALMEIDA, Horácio. **História da Paraíba**. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1978.

<sup>17</sup> ALMEIDA, José Américo. **A Paraíba e seus problemas**. João Pessoa: A União, 1980.

<sup>18</sup> SEIXAS, Wilson N. **Viagem através da província da Paraíba**. João Pessoa: A União, 1985.

<sup>19</sup> CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

<sup>20</sup> DINIZ, Ariosvaldo da Silva. **Cólera: representações de uma angústia coletiva (A doença e o imaginário social no século XIX no Brasil)**. 1997. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Campinas, Campinas, 1997; DINIZ, Ariosvaldo da Silva. **Medicina e curandeirismo no Brasil**. João Pessoa: Universitária/UFPB, 2011.

<sup>21</sup> Ó. Alarcon Agra do. Relatos de Males: notas acerca dos modos de adoecer na Paraíba Imperial. In: \_\_\_\_\_; et al. **A Paraíba no Império e na República: estudos de história social e cultural**. 2. ed. João Pessoa: Idéia, 2005.

<sup>22</sup> BURITI, Iranilson. **Leituras do sensível: escritos femininos e sensibilidades médicas no segundo império**. Campina Grande: EDUFPG, 2011.

Paraíba, entre 1895 a 1919.<sup>23</sup> Em outra perspectiva está o trabalho de Azemar dos Santos S. Jr. sobre a higienização do corpo, nas primeiras décadas do século XX, na cidade da Paraíba.<sup>24</sup> São abordagens que tem fomentado um espaço de debate e tem favorecido o campo de pesquisas na Paraíba e nos fornecem subsídios pra uma melhor compreensão das construções em torno da história da saúde e da doença no Brasil, pois “concorrem para a existência da doença diversos elementos científicos, sociais e políticos, temporal e espacialmente estudados”.<sup>25</sup>

### **O MEDO DO DESCONHECIDO: A FEBRE AMARELA E O CÓLERA**

Voltamos ao ano de 1850, o cenário era o cais do Varadouro, na capital da Paraíba, que estava tomado pela revolta. Formada por uma maioria de pessoas pobres, uma multidão se reuniu para impedir que fossem executadas as ordens do presidente da província, José Vicente de Amorim Bezerra: jogar ao mar cinco mil arrobas de carne. Parecia inconcebível que tal ato de desperdício pudesse ocorrer, e a polícia teve bastante trabalho para garantir a operação e evitar “um ajuntamento que poderia propagar o mal maior que era a febre amarela”.<sup>26</sup> A carne, já com aspecto estragado, fora descarregada do navio *Berenice*, vindo de Pernambuco e vendida a preços muito baixos, porque os armazéns estavam lotados com o produto. Os poderes públicos resolveram tomar providências, pois acreditavam que a carne estragada poderia transmitir a febre amarela, o que fez o Presidente Amorim Bezerra proibir a venda de qualquer carne que não tivesse procedência local e encaminhar uma equipe para fiscalizar os armazéns. A constatação da comissão de fiscalização, composta por um fiscal, o subdelegado de polícia e um médico, era de que a carne estava “completamente podre” e que deveria ser jogada ao mar imediatamente. Para Sontag, “doenças epidêmicas eram uma figura de

---

<sup>23</sup> SÁ, Lenilde D. **Parahyba**: uma cidade entre miasmas e micróbios. O Serviço de Hygiene Pública, 1985 a 1918. 1999. 291 f. Tese (Doutorado em Enfermagem) – Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

<sup>24</sup> SOARES JÚNIOR, Azemar dos S. **Corpos hígidos**: o limpo e o sujo na cidade da Parahyba (1912-1924). 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

<sup>25</sup> NASCIMENTO, Dilene Raimundo do; SILVEIRA, Anny Jackeline Torres. A doença revelando a história: uma historiografia das doenças. In: NASCIMENTO, Dilene Raimundo do; CARVALHO, Diana Maul de. (Orgs). **Uma história brasileira das doenças**. Brasília: Paralelo 15, 2004.

<sup>26</sup> “Relatorio apresentado a Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo excellentissimo presidente da provincia, o coronel José Vicente de Amorim Bezerra, na abertura da sessão ordinaria em 2 de agosto de 1850. Parahyba, Typ. de José Rodrigues da Costa, 1850”.



linguagem comum para designar a desordem social”.<sup>27</sup> Portanto, era importante que os poderes públicos evitassem a “desordem” com posturas administrativas, mesmo que fossem consideradas por moradores como sendo autoritárias e violentas.<sup>28</sup>

Este não foi um fato isolado na Paraíba de meados do século XIX. Assolada por epidemias, a província foi palco de cenas dramáticas, que iam do abandono da população mais pobre, às grandes mortandades que acometeram em vários momentos as localidades do sertão. A maioria das pessoas buscava refúgio na medicina popular, enquanto o poder público executava ações que refletiam o saber científico da época e a visão médica a respeito da transmissão das doenças, muitas vezes entrando em choque com as concepções populares.

Há nesse contexto, uma apropriação do tema doença pelas elites políticas, o que nos evidencia um fenômeno que extrapola o patológico, que ultrapassa a esfera do natural, na medida em que é vivenciado, representado, ideologizado e metaforizado por diferentes atores sociais.<sup>29</sup> Dessa forma, entendemos a doença não apenas como um fenômeno natural, mas, especialmente, como uma construção social, uma representação permeada de valores e práticas que revelam, também, uma determinada cultura política.<sup>30</sup> Para Sournia e Ruffie:

[...] As doenças têm apenas a história que lhes é atribuída pelo homem. A doença não tem existência em si, é uma entidade abstracta à qual o homem dá um nome. A partir das indisposições sentidas por uma pessoa, os médicos criam uma noção intelectual que agrupa os sintomas de que sofre o ‘doente’, os sinais que um observador pode constatar, as lesões anatômicas, por vezes, uma causa ou um germe causal, e a este conjunto aplicamos uma etiqueta chamada diagnóstico, do qual decorre um tratamento destinado a agir sobre os sintomas e, se possível, sobre a causa. Estas operações respondem a desejos

<sup>27</sup> SONTAG, Susan. **Doença como metáfora/AIDS e suas metáforas**. Tradução de Rubens Figueiredo e Paulo Henriques Brito. São Paulo: Cia das Letras, 2007. p. 53.

<sup>28</sup> Das cinco mil arrobas de carne, duas mil eram procedentes do navio **Berenice**. A maioria dos relatos que constam nesse texto foi retirada dos Relatórios dos Presidentes de Província da Paraíba de 1850 a 1860, que estão disponibilizados no site <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/paraiba>

<sup>29</sup> Para maiores esclarecimentos sobre a doença enquanto construções humanas ver: SOURNIA, Jean-Charles; RUFFIE, Jacques. **As epidemias na história do homem**. Lisboa: Edições 70, 1986.

<sup>30</sup> Com a multiplicidade de instituições e práticas políticas, com o olhar cada vez mais voltado para as ideias, tradições, normas, que fazem parte da vida política, surge a noção de cultura política. Segundo Berstein ela “não é uma chave universal que abre todas as portas, mas um fenômeno de múltiplos parâmetros, que não leva a uma explicação unívoca, mas permite adaptar-se à complexidade dos comportamentos humanos”. Nesse sentido, a cultura política vem politizar saberes, ações, crenças, práticas que antes eram destituídos dessa conotação. Cf. BERSNTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998, p. 350.

permanentes do espírito humano, que busca, ante um universo misterioso, nomear, classificar, simplificar, para organizar.<sup>31</sup>

A febre amarela é um perigo endêmico, é uma doença infecciosa aguda transmitida por mosquitos hematófagos contaminados por um gênero de vírus conhecido como flavivírus. As autoridades tinham a convicção de que as portas de entrada da doença eram os portos, através dos navios que chegavam à Paraíba. Nem mesmo o presidente da província, José Vicente de Amorim Bezerra escapou desse mal, e da sua residência criou uma comissão, composta pelo subdelegado, o médico da capital e demais autoridades, que inspecionava as embarcações e os armazéns, localizados no porto do Varadouro. Esta comissão se juntava à Inspetoria de Saúde dos Portos, criada em 1828 para fiscalizar os navios provenientes de lugares onde havia o foco de doenças contagiosas.<sup>32</sup>

Em abril de 1850 a febre amarela continuou se espalhando como um rastilho de pólvora, causando um flagelo na população. Inicialmente a doença se mostrou mais presente na capital do que no interior, forçando o governo a tomar providências quanto à chegada de navios estrangeiros, pois, segundo as informações vindas do Rio de Janeiro, os primeiros casos da peste haviam sido detectados nos navios.<sup>33</sup>

Tendo em vista a possibilidade de uma epidemia o Presidente mandou construir um lazareto (um hospital de quarentena), em um lugar distante da capital para evitar o contato dos tripulantes e passageiros com os habitantes locais. Isolar os pacientes era uma medida que os médicos, e demais autoridades, acreditavam que poderia ser eficiente para evitar o contágio, por isso, defendiam a quarentena para os doentes.<sup>34</sup>

O próprio presidente Amorim Bezerra escolheu o local, na ilha do Tibiry, em um terreno concedido pelo coronel Joaquim Gomes da Silveira. Após a construção do

---

<sup>31</sup> SOURNIA, Jean-Charles; RUFFIE, Jacques. **As epidemias na história do homem**. Lisboa: Edições 70, 1986, p. 359.

<sup>32</sup> PINTO, Irineu Ferreira. **Datas e notas para a história da Paraíba**. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1977, p. 101. Vol. II.

<sup>33</sup> CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial**. São Paulo: Cia. das Letras, 1996, p. 60.

<sup>34</sup> No relatório apresentado a Assembleia Provincial em 1850, o presidente Amorim Bezerra diz que, “somente foram recolhidos no Lazareto subditos estrangeiros; [...] que ali moralidade era maior sem duvida por estar o ambiente impregnado de miasmas infectos [...]”. Ainda no relatório foi comunicado à Assembléa que o Imperador autorizou o gasto de 1.733\$000 para socorrer as vitimas do “flagelo da peste”. p.6.



lazareto o espaço foi reservado para atender aos tripulantes dos navios britânicos, que recebiam assistência de um enfermeiro e demais “serventes”. O local foi pouco utilizado, sendo logo abandonado e substituído por outro na ilha da Restinga.<sup>35</sup> Os lazaretos serviam para isolar os pacientes do resto da população saudável, o que, imaginava-se, evitaria a contaminação. O isolamento e o abandono dos moribundos, aliados à insalubridade destes espaços, acabavam acelerando a morte dos doentes.

Durante boa parte do oitocentos, muitos médicos acreditavam que determinadas condições ambientais proporcionavam o desenvolvimento de doenças. Miasmas presentes no ar, oriundos de matéria orgânica em decomposição ou água parada provocavam, segundo esta concepção, epidemias. Para tal concepção, o meio físico, a natureza e a concentração de pessoas eram produtores de miasmas. A discussão ganha espaço com os que validavam a teoria do contágio, que poderia ocorrer de forma direta, a partir do contato com o doente, ou de forma indireta, através do ar, roupas e outros objetos, o que resultou em uma variedade de medidas profiláticas. Para Pimenta, “no primeiro caso, seriam priorizadas a melhoria do estado sanitário da cidade e a adoção de regras higiênicas (...). No segundo, seriam fundamentais as quarentenas (...)”.<sup>36</sup> Concomitantemente, interpretações das doenças como fenômeno social passaram a ser difundidas: “falta de moral”, pobreza e outros fatores de natureza econômica e social explicavam, para os adeptos dessa corrente, determinadas enfermidades.

Ao lado da hipótese do contágio, muitos médicos defendiam a teoria dos miasmas e esta ideia representou um poderoso incentivo à criação de cemitérios, e ao abandono da prática secular de sepultar os mortos nas igrejas. A discussão estava na ordem do dia na Assembleia Provincial da Paraíba, sendo os debates constantes sobre a necessidade urgente da criação de um espaço para enterrar e isolar os mortos. Inclusive havia uma exigência do representante dos britânicos ao “vigário desta Freguezia que fossem vedadas as sepulturas nas igrejas, o que não pode inteiramente conseguir, porque contra tão salutar medida se oppuserão enraizados preconceitos.” O presidente Amorim

---

<sup>35</sup> “Relatorio apresentado a Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo excellentissimo presidente da provincia, o coronel José Vicente de Amorim Bezerra, na abertura da sessão ordinaria em 2 de agosto de 1850. Parahyba, Typ. de José Rodrigues da Costa, 1850”.

<sup>36</sup> PIMENTA, Tânia S. Doses infinitesimais contra a epidemia de cólera em 1855. In: NASCIMENTO, Dilene R. do; CARVALHO, Diana M. de. (Orgs.). **Uma história brasileira das doenças**. Brasília: Paralelo 15, 2004, p. 43.

Bezerra percebe que, mesmo com as exigências dos estrangeiros, seria muito difícil mudar costumes já enraizados no cotidiano da população local: como enterrar os seus entes queridos no interior das igrejas.<sup>37</sup>

O cotidiano da população foi alterado pelo temor da febre. As procissões chegaram a ser canceladas, pelo medo da concentração de pessoas e o risco de proliferação da doença. Até mesmo o som dos sinos das igrejas foi silenciado: “Fiz cessar a multiplicidade de sinos, que, como não ignoraes, muito constringem hum enfermo no leito da dor [...]”.<sup>38</sup> Sidney Chalhoub mostra que no Rio de Janeiro os doutores haviam proibido “os dobres dos sinos” com alegação de que os mesmos assustariam a população, tendo em vista que era costume os sinos tocarem para anunciar a morte de alguém.<sup>39</sup> Essa mudança se justifica tendo em vista que os sinos tocavam, também, para anunciar a morte de uma pessoa, e, no cenário de uma epidemia com o grande número de mortos, os sinos tocariam incansavelmente, trazendo medo e aflição ao resto da população.

As mudanças também afetaram a própria rotina de funcionamento da Assembleia: os deputados deixaram de se reunir durante meses, pois, temiam a aproximação de pessoas que circulavam pelo prédio do legislativo. Infelizmente a documentação não apresenta dados sobre o total de mortos na população em geral, mas os registros dos portos mostram que a situação era realmente de calamidade.<sup>40</sup>

Os navios estrangeiros atracados nos portos da Paraíba, Varadouro e Cabedelo, eram objetos de grande preocupação, tendo em vista o risco de disseminação da doença, especialmente nas embarcações vindas da Europa e África. Quando os tripulantes apresentavam dores no corpo, vômito e diarreia, alguns sintomas relacionados à febre amarela, as embarcações estavam sujeitas a inspeções. Em algumas dessas embarcações as pessoas se recusavam a atender as ordens de inspeção: esse foi o caso de um navio

---

<sup>37</sup> “Relatorio apresentado a Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo excellentissimo presidente da provincia, o coronel José Vicente de Amorim Bezerra, na abertura da sessão ordinaria em 2 de agosto de 1850. Parahyba, Typ. de José Rodrigues da Costa, 1850”. p. 21

<sup>38</sup> “Relatorio apresentado a Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo excellentissimo presidente da provincia, o coronel José Vicente de Amorim Bezerra, na abertura da sessão ordinaria em 2 de agosto de 1850. Parahyba, Typ. de José Rodrigues da Costa, 1850”. p. 22.

<sup>39</sup> CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril**: cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo: Cia. das Letras, 1996, p. 69.

<sup>40</sup> “Relatorio apresentado a Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo excellentissimo presidente da provincia, o coronel José Vicente de Amorim Bezerra, na abertura da sessão ordinaria em 2 de agosto de 1850. Parahyba, Typ. de José Rodrigues da Costa, 1850”.

que vinha do porto do Recife, cidade acometida pelo surto da febre amarela. O ato de não deixar a fiscalização entrar no barco foi entendido pela comissão como desobediência as leis e o mestre que comandava o barco foi punido com uma advertência da Alfândega local.<sup>41</sup>

A ajuda também vinha das orações. Em 1851, o presidente Antonio Coelho de Sá e Albuquerque clamava e pedia ajuda divina para combater a doença, e comemorava os bons resultados dos últimos relatórios que mostravam uma diminuição no número de enfermos: “Rendamos graças Senhores a Divina Providência por tão distinto favor. Continue o Céu a lembrasse de nós, e remova de nossos irmãos esse terrível flagelo”.<sup>42</sup>

O medo deixava os estrangeiros temerosos a ponto de, em 1852, o governo português baixar um decreto ordenando para que todos os navios vindos do Brasil, notadamente do Norte (isto é, do atual Nordeste), ficassem de quarentena até a constatação da ausência da doença entre a tripulação.<sup>43</sup> Em 1856, por exemplo, um navio com uma tripulação de 115 homens deixou 77 mortos da febre. Veja o que diz o relato do presidente da província:



As tripulações dos diferentes navios estrangeiros que nos mezes de janeiro a fevereiro vierão ao porto desta cidade, soffrerão não pouco. Segundo um mappa que apresentou o digno Dr Henrique Krause, de 8 navios que vieram ao nosso porto no curto prazo de 33 dias, de 21 de janeiro a 22 de fevereiro, e cujas tripulações subião a 115 pessoas, 77 foram affectados do mal, falecendo 27. Depois desse período alguns casos fataes ainda se derão.<sup>44</sup>

O texto continua mostrando que a doença também atingia outros setores da sociedade como os soldados do Batalhão da Paraíba. Mas a febre amarela era apenas uma das muitas doenças que assolavam a província. Outras doenças como o sarampo, as

<sup>41</sup> “Relatorio apresentado a Assembleia Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo excellentissimo presidente da provincia, o dr. Antonio Coelho de Sá e Albuquerque, em 2 de agosto de 1851. Parahyba, Typ. de José Rodrigues da Costa, 1851”.

<sup>42</sup> “Relatorio apresentado a Assembleia Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo excellentissimo presidente da provincia, o dr. Antonio Coelho de Sá e Albuquerque, em 2 de agosto de 1851. Parahyba, Typ. de José Rodrigues da Costa, 1851”. O documento é omissivo no que se refere ao número de doentes e mortos, o que dificulta a comparação para observarmos se houve, de fato, uma redução da mortandade na província.

<sup>43</sup> PINTO, Irineu Ferreira. **Datas e Notas para a História da Paraíba**. 2. ed. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1977, p. 215. Vol. II

<sup>44</sup> “Falla recitada na abertura da Assembléa Legislativa da Parahyba do Norte pelo presidente da provincia, o doutor Antonio da Costa Pinto Silva em 5 de agosto de 1856. Parahyba, Typ. de José Rodrigues da Costa, 1856”. p. 20.

terríveis “câmaras de sangue” (a disenteria), a varíola (o mal das bexigas), e principalmente o *cholera morbus*, eram motivos de preocupação.

### O OUTRO HÓSPEDE INDESEJÁVEL

O cólera, também conhecido como “mal do Ganges”,<sup>45</sup> teria saído do Pará, passando por Pernambuco até chegar à Paraíba em 1856. E neste mesmo ano chegou como um furacão matando quase vinte e seis mil pessoas, em uma população que não chegava aos trezentos mil habitantes.<sup>46</sup> Diante do quadro dos estragos causados pelo cólera, foram “criadas alguma medidas preventivas e vexatórias, que a sciencia julgou dever tomar para obstar a sua entrada visitou-nos e por maneira bem cruel e devastadora”.<sup>47</sup> O que se observa, na fala do Sr. Antonio da Costa Pinto Silva, é uma certa desconfiança com as medidas de prevenção que os médicos higienistas recomendavam para evitar a proliferação da doença, consideradas *vexatórias*, como por exemplo, adentrar ao recinto privado das residências para “caiar de branco” e deixá-las limpas, entre outras medidas.

Os principais sintomas do cólera eram o vômito, diarreia e a supressão da urina, um diagnóstico que muitas vezes significava a morte. O medo do cólera também era produzido pela aparência dos doentes: olhos fundos, unhas roxas, pele ressecada e em tom azulado, lábios pálidos em um corpo contraído, criando imagens e gerando padrões de julgamento que orientavam as práticas sociais. Tais sinais reforçavam as teorias em torno da transmissibilidade e incurabilidade da doença. Logo, as atitudes coletivas diante das ameaças epidêmicas: o medo da morte, a busca da salvação, a angústia, a necessidade de explicações etc. Os enfermos ficavam desidratados, com a pele ressecada e flácida com a perda de líquidos e sais minerais. O jornal **A Regeneração**, periódico que era partidário do governo Francisco de Araújo Lima,

---

<sup>45</sup> ALEXANDRE, Jucieldo Ferreira. **Quando o ‘Anjo do Extermínio’ se Aproxima de Nós: Representações Sobre o Cólera no Semanário Cratense o Araripe (1855-1864)**. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009. Alexandre faz toda uma discussão sobre a trajetória do cólera até chegar no Ceará, inclusive explicando a origem do termo “Mal do Ganges”.

<sup>46</sup> No relatório do Presidente da Província Antonio da Costa Pinto consta um quadro intitulado “Mapa da Mortalidade ocasionada pelo cholera morbus na Província da Parahyba do Norte de janeiro a junho de 1856” com o total de 25.390 mortos.

<sup>47</sup> “Falla recitada na abertura da Assembléa Legislativa da Parahyba do Norte pelo presidente da provincia, o doutor Antonio da Costa Pinto Silva em 5 de agosto de 1856. Parahyba, Typ. de José Rodrigues da Costa, 1856”. p. 21.

criado em 1861 e que circulou até 1862 como “jornal político, literário, noticioso e comercial”<sup>48</sup>, relata outros sintomas:

Logo que alguém sentir qualquer indisposição, como – tonteira – ligeiras dores pelo ventre, com evacuações ou sem ellas – gases nos intestinos – náuseas ou qualquer outro incommodo no estomago, quer vomite quer não – peso ou dor de cabeça – dores pelo corpo – fraqueza geral – abatimento – ou tam somente diarrhea, etc.<sup>49</sup>

Esse alerta sobre os sintomas do cólera foi, na verdade, uma solicitação da administração pública, para que o jornal publicasse, “a pedido”, essas informações e a população, percebendo qualquer destes sintomas, procurasse a cura com a medicina popular. Nessa época, a Paraíba só contava com quatro médicos, sendo três na capital e um na vila do Brejo de Areia, o que forçou a convocação de médicos da Bahia e estudantes de medicina. Não havia, portanto, médicos para atender a população e, mesmo aqueles que tentavam fazer o seu trabalho, a exemplo da aplicação de vacinas, receberam resistência da população mais humilde que desconfiava de tal intervenção.

No século XIX, o saber e a prática médica estavam ganhando relevância graças à criação das primeiras faculdades de medicina na Bahia e no Rio de Janeiro. Os chamados “médicos profissionais” passaram a ganhar representatividade pela crescente necessidade de sanear o país tomado por epidemias. No Rio de Janeiro, as doenças tropicais eram priorizadas nos estudos médicos, já na Bahia, as pesquisas apostavam no “mal advindo do cruzamento racial” vivido no Brasil, e o “doente”, conseqüentemente, era o foco de pesquisas. Nesse contexto, a intervenção médica passou a ser feita a partir de modelos e preceitos ditos científicos e o meio social, a ser visto pela ótica da doença.

Quando o cólera chegou à Paraíba muitos acreditavam que seus efeitos seriam semelhantes aos da febre amarela, que matava, mas não de uma maneira devastadora. Esta crença fez com que os primeiros procedimentos de socorro às vítimas fossem extremamente lentos e ineficazes, especialmente nas pequenas localidades. Em 1856, o presidente da província criticou com veemência os representantes das Câmaras locais,

---

<sup>48</sup> ARAÚJO, Fátima. **Paraíba**: imprensa e vida. João Pessoa: Ilustrada, 1986.

<sup>49</sup> O jornal *A Regeneração*, na coluna “A Pedido” de 28 de fevereiro de 1862, descreve os sintomas do cólera e, através da série de reportagens, apresenta receitas do saber popular sobre “o tratamento do cólera morbus”.

“que até sorriam da situação, como se não fosse grave e perigoso esse hóspede indesejável”.<sup>50</sup>

A teoria dos miasmas também servia como referência para o tratamento do cólera, o que levou o governo provincial a acelerar a construção de cemitérios públicos.<sup>51</sup> O primeiro cemitério foi construído no início de 1855 na vila de Piancó, no sertão, já o da capital foi edificado nesse mesmo ano, porém desde 1850 que já havia uma aprovação da Assembleia para a criação do cemitério na cidade da Paraíba.<sup>52</sup> Somente em 1856 foram criados cemitérios nas vilas de Sousa, Pombal, Patos, Catolé do Rocha, Alagoa Nova, Pilar, Bananeiras, Cabaceiras e Santa Rita, lugares mais afetadas pela epidemia do “mal maior que foi esse terrível hóspede”. Médicos também eram enviados para o interior para ensinar à população “a maneira mais apropriada de curar e medidas higiênicas que são necessárias para a remoção do mal”.<sup>53</sup> O cólera era uma doença tão temida que os relatórios e os editais dos jornais evitavam mencionar o nome da epidemia, considerada no século XIX como “a doença’ por excelência, a representação do mal que atacava a vida; a doença por metáfora”.<sup>54</sup>

O poder público temia a proliferação do “mal do Ganges” tendo em vista a situação precária de algumas localidades. Com a falta de higiene, o perigo das enchentes que alagavam regiões e deixavam poças com focos miasmáticos e os corpos contaminados, que não eram enterrados de uma maneira correta, alguns ficando expostos por muito tempo, o que facilitava a proliferação. Algumas medidas “preventivas” eram ineficazes, a exemplo da prática de cair os prédios públicos.

---

<sup>50</sup> “Falla recitada na abertura da Assembléa Legislativa da Parahyba do Norte pelo presidente da provincia, o doutor Antonio da Costa Pinto Silva em 5 de agosto de 1856. Parahyba, Typ. de José Rodrigues da Costa”.

<sup>51</sup> Segundo Irineu Pinto, em 1854, foi criada uma comissão para escolher o local considerado mais adequado, fora da cidade, para a construção do cemitério. A comissão era composta pelos médicos João José Inocêncio Pogi, na presidência e Francisco Antonio Vital de Oliveira e Henrique Krause. PINTO, Irineu Ferreira. **Datas e notas para a história da Paraíba**. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1977, p. 228. Vol. II.

<sup>52</sup> Ibid., p. 237.

<sup>53</sup> “Falla recitada na abertura da Assembléa Legislativa da Parahyba do Norte pelo presidente da provincia, o doutor Antonio da Costa Pinto Silva em 5 de agosto de 1856. Parahyba, Typ. de José Rodrigues da Costa”.

<sup>54</sup> DINIZ, Ariosvaldo da Silva. **Cólera**: representações de uma angústia coletiva (A doença e o imaginário social no século XIX no Brasil). 1997. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Campinas, Campinas, 1997, f. 72.



Segundo os Códigos de Postura, quem não cumprisse tal ordem estaria sujeito a pagamento de multa e, em último caso, a prisão.<sup>55</sup> De acordo com Revel e Peter:

A doença é quase sempre um elemento de desorganização e de reorganização social; a esse respeito ela torna frequentemente mais visíveis as articulações essenciais do grupo, as linhas de força e de tensões que o traspassam. O acontecimento mórbido pode, pois, ser o lugar privilegiado de onde melhor observar a significação real de mecanismos administrativos ou de práticas religiosas, as relações entre os poderes, ou a imagem que uma sociedade tem de si mesma.<sup>56</sup>

Ao mesmo tempo, panfletos foram distribuídos à população, especialmente à parcela mais pobre, com recomendações para manter boas condições de higiene nos lares e espaços públicos. As autoridades locais solicitaram ajuda ao governo imperial, que enviou menos de dois contos de réis. A verba foi gasta na limpeza e desobstrução dos matadouros, das ruas e dos becos.<sup>57</sup>

Uma das principais vilas da Paraíba, Pilar, foi atingida pelo cólera de forma catastrófica. Segundo relatos da época, as ruas estavam cheias de urubus, em torno de corpos em decomposição que se viam aos montes. Temendo a morte, as pessoas abandonaram a cidade, sendo acompanhadas pelo único médico do local, apavorado com a grande quantidade de cadáveres pelas ruas. Eram tantos os mortos que na pressa de fazer os enterramentos alguns enfermos foram levados ainda vivos para serem sepultados, como relata o jornal **A Época** de 08/03/1856.

As notícias davam conta de que a vila tinha se transformado, a partir de 24 de fevereiro, “numa nova necrópole habitada por cães famintos e por bandos de sinistras aves”. Para ajudar a enterrar os mortos foi enviado o Batalhão de Caçadores com 16 praças, que chegando ao local encontraram vinte e seis corpos nas ruas, já em estado de putrefação. Além das mortes, o caos provocou também o esvaziamento da cadeia, já que a maioria dos presos havia morrido. Após a fuga do próprio carcereiro, os presos sobreviventes também fugiram, esta situação foi observada em outras vilas. Para Antonio da Costa Pinto Silva, o relato do jornal era um exagero ao afirmar que a vila de

<sup>55</sup> AGUIAR, Wellington. **A Velha Paraíba nas Páginas dos Jornais**. João Pessoa: A União, 1999.

<sup>56</sup> REVEL, Jacques; PETER, Jean-Pierre. O corpo: o homem doente e sua história. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **Historia: novos objetos**. 4. ed. Tradução de Teresinha Marinho. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, p. 14.

<sup>57</sup> “Falla recitada na abertura da Assembléa Legislativa da Parahyba do Norte pelo presidente da provincia, o doutor Antonio da Costa Pinto Silva em 5 de agosto de 1856. Parahyba, Typ. de José Rodrigues da Costa”. p. 23.

Pilar era uma necrópole, e alertava para que as pessoas não abandonassem seus lares, pois saindo da vila não se livrariam do *hóspede maldito*.<sup>58</sup>

O interior da província ficou marcado como uma área mortífera, o que se refletia nos ditos populares da época, como este citado no jornal **A Regeneração**, que alertava para o perigo das viagens para o “brejo”, como é conhecida a região entre o litoral e o sertão:

Marchemos a encarar  
Trinta mil epidemia,  
Frialdade, hydropsia,  
Que ninguém pode escapar.  
Os que para o brejo vão  
Morrem de epidemia;  
Ó Deus, que és pae da pobreza,  
Dai-nos pão, dai-nos afago!

Os jornais tinham colunas especialmente dedicadas às notícias sobre o cólera, apresentando as localidades afetadas pela epidemia e o número de mortos, como era o caso da coluna “Notícias Diversas”, do jornal **A Regeneração**, que também procurava informar a população sobre os meios de tratamento e sobre as diferenças entre a *cholera* (forma mais branda da doença) e o *cholera morbus*. Algumas destas recomendações revelam as dificuldades em se tratar aquela epidemia com os meios e o conhecimento disponíveis na época, e são valiosos documentos sobre as percepções médicas e populares sobre o cólera.

O cólera-morbo é uma patologia infectocontagiosa, descoberta em 1883 pelo médico alemão Robert Koch, provocada pela bactéria *Vibrio cholerae* quando presente em água ou alimento. As bactérias são organismos complexos e um dos mais bem sucedidos do planeta, com estilos de vida variados e formas diversas, vivendo nos mais diferentes ambientes. Até a descoberta do agente causador da doença, percebemos uma querela na medicina provocada pelo desconhecimento da etiologia, da transmissão e dos tratamentos adequados, o que gerou uma crise nos seus pressupostos epistemológicos.

O médico paraibano Antonio da Cruz Cordeiro, cavaleiro da Imperial Ordem da Rosa, e que ocupou os cargos de médico da Santa Casa de Misericórdia, 2º cirurgião do corpo de saúde do exército, chefe da enfermaria militar da província e inspetor de saúde, uma das figuras de destaque na província na segunda epidemia do cólera, por

---

<sup>58</sup> “Falla recitada na abertura da Assembléa Legislativa da Parahyba do Norte pelo presidente da província, o doutor Antonio da Costa Pinto Silva em 5 de agosto de 1856. Parahyba, Typ. de José Rodrigues da Costa”. p. 24.

exemplo, diz que: “o modo particular por que se desenvolve o cholera, a causa essencial de sua extensão, e suas circunstancias assaz variadas nos são inteiramente desconhecidas”.<sup>59</sup>

Em 1862, por exemplo, quando houve um segundo surto da epidemia (menos mortífero do que o primeiro surto, em 1856), **A Regeneração** recomendava àqueles que sentissem “certo resfriamento ou mesmo ter resfriamento sem o sentir, e experimentar certa turbação nos sentidos ou mesmo perde-los”, que deveriam tomar, em vez do ópio, amplamente receitado contra diarreias e vômitos, “uma colherinha de acetato de ammoniaco em meia chicara de qualquer infusão”. O perigoso medicamento era indicado especialmente para os meninos e mulheres grávidas.

Não eram menos assustadoras as receitas para os casos mais graves. Para estes se recomendava uma colher de café preto bem forte, de vinho do Porto ou de Madeira, aguardente ou álcool, juntamente com licor de *Stragnoff*, de oito a vinte pingos, repetindo a dose sempre que necessário, de quatro em quatro horas, ou de duas em duas horas, dependendo da gravidade da doença. Caso o doente não suportasse beber o licor poderia substituí-lo por óleo de hortelã-pimenta. Para uma maior eficiência no tratamento havia, ainda, a recomendação de que o doente, no primeiro dia, deveria ficar bem agasalhado, se alimentar de água de arroz adoçada (receita ainda usada na medicina popular), e no segundo dia tomar uma canja de galinha.<sup>60</sup>

Dando continuidade as informações sobre o tratamento, o jornal avisava que era necessário tomar alguns cuidados externos, ou seja, o enfermo deveria esfregar pimenta malagueta bem quente pelo corpo. Ou ainda, panos ensopados com cachaça quente sobre as “partes” e nas coxas. A aguardente também era indicada para beber com pingos de pimenta, receita considerada infalível, por já ter sido usada nas províncias do Pará e Bahia, localidade em que o cólera também matou bastante. A pimenta, associada ao Oriente, era considerada um remédio infalível, já que vinha da mesma região de onde teria partido a epidemia. Esperançoso, o redator do jornal falava até de uma “papa de pimenta”, que era usada com sucesso na Índia.

O periódico continuava com os seus ensinamentos na maneira de evitar e tratar a doença. Na higiene da casa de uma pessoa com o cólera deveria se tomar algumas

---

<sup>59</sup> CASTRO, Oscar Oliveira. **Medicina na Paraíba**: flagrantemente de sua evolução. João Pessoa: A União, 1945, p. 49.

<sup>60</sup> Na coluna “Notícias Diversas” do Jornal **A Regeneração** em 22 de fevereiro de 1862.

precauções: manter “as casas limpas, e assejadas (...) caiando-lhes não só a frente, como internamente”, e lembrava ainda que, o lixo deveria ser conduzido para um lugar apropriado conforme consta nos Códigos de Posturas Municipais;<sup>61</sup> assim que o doente fizesse as necessidades fisiológicas ou vomitasse, o recipiente deveria ser limpo, e os detritos enterrados. As roupas usadas deveriam ser desinfetadas colocando-as numa solução de água e cal por dez horas, até que o mal fosse embora. Em caso de morte a recomendação era lavar bem o chão, as portas e janelas com água de cal ou soda, esfregando bem o assoalho, com uma escova ou casca de coco e areia.<sup>62</sup>

No entanto, o jornal **O Despertador**, órgão do Partido Liberal, criado em 1859 e que circulou até 1869, redigido por Antonio de Souza Carvalho, trazia constantemente notícias criticando o presidente da província e sua administração. As críticas eram frequentes com relação à falta de atendimento e remédios para os enfermos do cólera, bem como os poucos recursos para um melhor investimento na higiene da cidade da Paraíba.

Quanto à administração provincial, esta se debatia com o problema do que fazer com os doentes e com os mortos. Não havia hospitais e a Santa Casa de Misericórdia estava praticamente falida. Juntamente com a solicitação de recursos para a criação dos cemitérios também havia o pedido de ajuda para as obras mais urgentes do hospital da Santa Casa, inclusive com relação à contratação de pessoal treinado para atender os doentes e a construção de um cemitério dessa instituição.

O medo da doença acabou destruindo os receios, de boa parte da Igreja contra a construção dos cemitérios, como mostra a solicitação, feita em 1856, da Ordem Terceira de São Francisco para construir um cemitério dentro dos muros do convento, a fim de preservar a salubridade pública e evitar o contágio. Mas o local, dentro dos muros, não fora aprovado pela comissão de Inspeção Pública, tendo em vista a proximidade com a cidade, a sugestão aprovada pelos deputados foi que se procurasse um espaço mais distante e desabitado para a sua construção.<sup>63</sup>

---

<sup>61</sup> Os lugares considerados apropriados para se colocar o lixo, segundo os Códigos de Posturas, eram: “um forte que na época estava em ruínas; na casa da pólvora, que já havia perdido a função original”, entre outros espaços considerados longe da cidade o bastante para evitar a transmissão da doença. *Jornal A Regeneração* em 18 de janeiro de 1862.

<sup>62</sup> Nos primeiros meses de 1862 o *Jornal A Regeneração* apresentou, em suas páginas, vários relatos sobre receitas para tratar o cólera.

<sup>63</sup> A construção do primeiro cemitério da capital foi autorizada em 1854, mas a edificação só veio em 1856, em um lugar denominado de Matinha, obra avaliada no valor de 7:100\$000, dividida em três

Junto com os cemitérios vinham novos cargos públicos, como porteiros, transportadores de cadáveres e coveiros, que precisavam ser pagos, o que pressionava ainda mais as péssimas finanças provinciais. Os transportadores, por exemplo, recebiam por produção: 4\$000 por cadáver. Estes novos funcionários também eram responsáveis por implantar as diretrizes médicas sobre os túmulos: não se podia, por exemplo, abrir as sepulturas por um prazo de dezoito meses, nos tempos ordinários, ou por três anos, em caso de epidemia.

Os tempos do cólera também favoreceram os atos de caridade por parte dos mais abastados.<sup>64</sup> Além de alimentos e dinheiro, doavam-se também redes de dormir, consideradas como um bem de luxo pela população mais pobre. Alguns usaram do seu conhecimento prático na cura como foi o caso de Bernardo Luiz F. Cezar Loureiro, “o médico de todos e amigo da pobreza”, como ficou conhecido nos jornais. Outro benfeitor popular foi o acadêmico Estevão Cavalcanti de Albuquerque, que cedeu duas casas para servirem de enfermarias na vila de Taquara, e mais dois contos para socorrer os mais pobres com medicamentos.<sup>65</sup>

As posturas municipais, aprovadas pelas Câmaras, puniam com pesadas multas aqueles que não seguissem rigorosamente as recomendações higienistas, segundo os Códigos. A proibição do lixo nas ruas, horários definidos para o funcionamento dos matadouros e comercialização da carne, bem como manter todos esses recintos limpos e higienizados. As posturas também atacavam alguns dos hábitos mais arraigados entre a população mais pobre, como o consumo de mangas, e “outras frutas nocivas”, que eram consideradas como fontes de transmissão do cólera.<sup>66</sup> É importante ressaltar que muitas medidas propagadas pela imprensa oficial, como compromisso do governo para com a população, denotam estratégias de segregação e disciplinarização, visto que, diante de uma conjuntura de crise, a população deveria ser policiada e esse controle social era

---

prestações. PINTO. Irineu Ferreira. **Datas e notas para a história da Paraíba**, João Pessoa: Universitária/UFPB, Vol. II, p. 238-250, 1977.

<sup>64</sup> Essa ação caridosa de doação de dinheiro, roupas, remédios, entre outros, para os doentes afetados pelo cólera, também foi observada no Rio de Janeiro, no texto de PIMENTA, Tânia S. Doses infinitesimais contra a epidemia de cólera em 1855. In: NASCIMENTO, Dilene R. do; CARVALHO, Diana M. de. (Orgs.). **Uma história brasileira das doenças**. Brasília: Paralelo 15, 2004, p. 40.

<sup>65</sup> PINTO. Irineu Ferreira. **Datas e notas para a história da Paraíba**. Vol. II. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1977. p. 238-250. Vol. II; AGUIAR, Wellington. *A Velha Paraíba nas Páginas dos Jornais*. João Pessoa: A União, 1999.

<sup>66</sup> Códigos de Posturas na “Collecção de Leis Provinciaes da Parahyba do Norte do anno de 1862.” Arquivo Histórico do Estado da Paraíba Waldemar Duarte.

fundamental, dentro das medidas político-administrativas, para o bom funcionamento e segurança da sociedade.

Os projetos de intervenção social revelam práticas autoritárias que negavam a liberdade individual a partir de um discurso construído pela medicina da época que objetivava legitimação, e essa aproximação com o poder público, visava institucionalização. A epidemia era uma realidade, medidas governamentais deveriam ser tomadas, mas havia, de fato, uma intervenção abrupta no cotidiano das pessoas, hábitos deveriam ser moralizados, posturas eram condenadas, práticas eram controladas, porém, não havia espaço, nesse contexto, para a instrução da população, e esta, muito menos, tinha a quem apelar. Não estamos aqui querendo negar a existência de graves problemas identificados pelos médicos, mas, discutindo as respostas dadas pelo saber médico para tais problemas. Posturas que regulavam o uso do espaço urbano e das práticas sociais locais como a não divagação de doentes pelas ruas, a proibição de enterramento no interior das igrejas, a construção de cordões sanitários, as quarentenas, exemplificam as preocupações com a “civilização”<sup>67</sup> das condutas. A articulação entre Estado e medicina proporcionou um maior controle social e os médicos passaram a ampliar a sua atuação, antes restrita aos indivíduos e as famílias, para a normatização de espaços sociais cada vez mais amplos. Neste sentido, higienizar a cidade e os costumes era crucial para defender a “civilização”, produzindo saberes, buscando legitimação e institucionalização, prescrevendo e controlando em nome da razão e da ciência, assim a medicina organizou serviços públicos almejando “progresso social e científico”.

---

<sup>67</sup> Fomentados pelas elites letradas, os costumes, hábitos e práticas da população, deveriam seguir referências externas e, França e Inglaterra, nesse contexto, eram os modelos por excelência. Logo, buscando determinados atributos que caracterizavam a autoimagem dessas nações, o caminho estaria sendo percorrido na construção desse projeto civilizatório. Além disso, o termo civilização também passou a significar o grau de desenvolvimento científico, econômico e tecnológico da humanidade. Cf. ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: formação do estado e civilização. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1993.